

# Projeto do Sarah ganha o primeiro round

O Hospital Sarah Kubitschek obteve a primeira vitória na luta pelo resgate de sua total autonomia administrativa, sobretudo na área de recursos humanos. A Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 263 de 1991 — de autoria do Executivo — que institui o Serviço Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, da qual o Sarah faz parte. Com um placar de 24 votos contra nove, venceu o parecer do relator Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP), favorável ao projeto.

O parecer do relator, baseado no texto original do projeto, prevê que os hospitais da Fundação das Pioneiras Sociais sejam administrados através de um contrato de gestão, a ser firmado entre o Ministério da Saúde e entidades privadas sem fins lucrativos. Os recursos, segundo o deputado, seriam garantidos pelo Estado e fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Os termos do contrato de gestão, por sua vez, seriam definidos pela Secretaria de Administração Fede-

ral (SAF).

O deputado Geraldo Alckmin Filho justificou seu parecer favorável destacando a importância de se manter os elevados e rigorosos padrões de atendimento ao público da Pioneiras Sociais, que hoje constitui-se por diversos centros de excelência espalhados pelo País, a exemplo do Sarah Kubitschek, conhecido mundialmente como um dos melhores hospitais especializados em medicina do aparelho locomotor.

O parecer vencedor na votação de ontem defende ainda que a instituição tenha total autonomia para contratar pessoal especializado, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e poderes irrestritos para a fixação de níveis de remuneração compatíveis com os oferecidos no mercado. O deputado acrescenta que os profissionais devem atender às exigências de dedicação exclusiva, de tempo integral e de alto nível de qualificação.

**Emendas** — O projeto original foi aprovado juntamente com cinco emendas acolhidas pela

Comissão de Seguridade Social e Família. De acordo com a primeira delas, o Serviço Autônomo Associação das Pioneiras Sociais deverá publicar no **Diário Oficial** da União, no prazo de 90 dias a partir da sua instituição, o manual de licitações que disciplinará os procedimentos a serem adotados em consonância com os preceitos constitucionais.

A segunda emenda prevê que o processo de seleção para admissão de pessoal deverá ser precedido de edital publicado no **Diário Oficial** da União e constará de etapas eliminatória, classificatória e de treinamento, observadas as peculiaridades de cada categoria profissional.

A emenda de número três amplia a representatividade do Conselho de Administração, de maneira a incluir a participação de representantes de segmentos sociais diretamente interessados nas políticas da nova entidade, reforçando-se os mecanismos de controle social sobre a organização.

(VALDO CAVALCANTI)



*A Comissão de Seguridade Social da Câmara aprovou o parecer favorável ao projeto por 24 votos a nove*

A quarta emenda prevê que a diretoria da entidade seja nomeada pelo Conselho de Administração e que os cargos de direção sejam exercidos pelos atuais ocupantes. A última emenda reforça a necessidade de uma total observância do princípio da licitação para a aquisição de serviços pela nova entidade.

**Impasse** — Por pouco a votação de ontem não foi realizada. Durante as discussões preliminares, o deputado Jamil Haddad (PSB-RJ) requereu ao presidente da Comissão, deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que a questão fosse adiada por um período de 48 horas. Em seu discurso, o parlamentar disse que se baseava no

artigo 17 do regimento interno da Casa. De resposta, recebeu de Roberto Jefferson o indeferimento de seu pedido, uma vez que o artigo citado defende que uma votação só pode ser adiada mediante a aceitação de pelo menos dez por cento dos membros da Câmara (a Comissão é composta por apenas 35 deputados).